

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 881 - de 18 de março a 1 de abril 2021

**NENHUM DIA A MAIS:
FIM DO GOVERNO
BOLSONARO!**



LULA FALA À NAÇÃO

Sumário

Juventude

- Direito ao ensino público e presencial!* 4
Mobilização impede fechamento de turno de escola 7
Formação de verão reanima a luta! 10

Editorial

Urge deter a escalada do genocida! 13



NOTAS 16



MEMÓRIA 18

Partido

- Lula fala à nação brasileira!* 21
“Comitê gestor” com Bolsonaro, não! 24

Diálogo e Ação Petista

- Grupos de base reúnem 900 militantes* 28
Libertação dos presos chilenos da revolta 29
Banquinha pelo PL da testagem em massa 31
Dia Internacional da Mulher Trabalhadora 33

Luta de classe

- PEC 186: Bolsonaro aprova a piora dos serviços públicos* 36
Em plena pandemia, ataque aos serviços públicos 39
Seria o “lockdown” uma reivindicação dos trabalhadores? 42
Educação remota: oportunidades para o mercado 45

Nacional

- Bolsonaro é responsável pelo avanço da pandemia* 50
“Maiores e vacinados!” 53
Lula recupera os direitos políticos 56
Bolsonaro tenta calar movimento sindical 59

História

- Há 150 anos nascia a Comuna de Paris* 64

Internacional

- Explosão social espontânea no Paraguai* 72
Mianmar (Birmânia) 75
Manifestações de palestinos ganham força 77

ATENÇÃO
Para utilizar os recursos interativos da versão digital, você precisará instalar gratuitamente o programa Adobe Acrobat Reader através da loja de aplicativos do seu aparelho (Google Play ou App Store).

Juventude





Dani da direção da UNE

Direito ao ensino público e presencial!

Diretora da UNE exige medidas e defende a retomada das lutas

Nesta entrevista, Dani Braz, diretora de Assistência Estudantil da União Nacional dos Estudantes e militante da Juventude Revolução do PT, denuncia a falta de medidas concretas para que os estudantes tenham acesso novamente ao ensino presencial. Para ela as entidades têm responsabilidade na retomada de reuniões e iniciativas de rua para exigir as reivindicações estudantis.

1. Após um ano de pandemia vários jovens ficaram sem estudar. Que avaliação faz dessa situação?

Ao longo desse um ano o ensino à distância (Ead) foi enfiado goela abaixo dos estudantes

por todos os governos e patrões, sem falar que teve escola que nem abriu. Não faltaram relatos sobre a falta de estrutura para acesso. Só nas faculdades privadas no início de 2020 mais de 600 mil estudantes já haviam evadido e nas escolas foram mais de 5 milhões sem acesso. O orçamento da União em 2021 prevê mais de 4 bilhões em cortes. Milhares de jovens não conseguiram fazer o Exame Nacional do Ensino Médio por culpa do governo Bolsonaro. Nesse período basicamente nada foi feito para garantir o retorno presencial com segurança. Portanto, nesse momento, a nossa luta está concentrada em defender o direito ao ensino público e presencial. Todos os governos são responsáveis por garantir esse direito, é por isso que os estudantes junto às suas entidades e comunidades precisam se reunir e tomar iniciativas para exigir medidas nesta direção.

2. Quais exigências devem ser feitas num momento como esse?

Precisamos exigir medidas como: calendário de vacinação para todos pelo SUS, testagem em massa, máscara para todos, reforma nas escolas, abertura de concurso público para ampliar o quadro de professores, passe livre, abertura de bibliotecas e restaurantes e bolsas de estudos que ajudam na situação financeira dos estudantes, para que não tenham

que abandonar os estudos para trabalhar.

3. O que tem feito a União Nacional dos Estudantes na defesa do direito à educação?

Falta uma articulação nacional que busque a exigência de medidas para a volta das aulas presenciais e a retomada das lutas de rua. Algumas resoluções da diretoria da UNE, e também da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, falam genericamente “a defesa da educação”. Porém, enquanto isso, os governos são omissos e irresponsáveis, muitos jovens ficam sem aulas, outros milhares sofrendo com Ead que ampliou as desigualdades.

Acho que é hora de recolocar o bloco na rua, ajudar as entidades de base, que hoje estão com dificuldade de agir, a renovar mandatos e se colocarem na linha de frente da mobilização. A quem interessa os estudantes ficarem em casa sem defender os seus direitos? É inaceitável a destruição feita por Bolsonaro e demais governos. É possível retomar atos e manifestações como recentemente no Rio Grande do Sul (ver abaixo) e na Universidade de Brasília ou na Universidade Federal da Bahia, onde os estudantes exigem bolsas. As entidades precisam organizar esses estudantes para tomar as ruas, seguindo todas as medidas de segurança, e exigir medidas dos

governos para garantir o direito ao ensino presencial.



Ato exige reversão da medida do governador

Mobilização impede fechamento de turno de escola

Comunidade reagiu e governo tucano do RS recuou

Após ordem de encerramento de turno na escola Aracy de Paula Hoffmann em São Leopoldo no Rio Grande do Sul expedida pela coordenação regional de ensino do governo Eduardo Leite (PSDB), uma mobilização expressiva foi realizada pela comunidade escolar envolvendo a direção da escola, professores, responsáveis e estudantes.

No dia 17 de fevereiro realizaram um ato na porta da escola exigindo a reversão da medida e a manutenção da escola aberta, com turnos e matrículas garantidas. A escola é a única do município que atende alunos da modalidade especial. A mãe de uma aluna reforçou no ato a importância da escola afirmando que “aqui temos atividades adequadas para nossos filhos”.

Uma servidora relata que para muitos alunos a escola é o único espaço de convivência social que possuem. No dia seguinte ao ato, a coordenação de ensino voltou atrás na decisão do fechamento do turno e disse que vai garantir as matrículas. Foi uma vitória da mobilização e a luta deve continuar contra outros fechamentos que Leite tenta impor desde o início de seu governo.

A gente resiste e grita não!

Bolsonaro, juntamente com governadores e prefeitos, usam a pandemia como argumento para atacar ainda mais a educação. Cortes orçamentários, fechamento de escola, interrupção da merenda e do transporte escolar, por aí vai. Eduarda Duprat, militante da Juventude Revolução do PT, diz que “esses governos querem acabar com tudo, com nossos direitos, com nossa liberdade, mas a gente resiste e grita ‘Não!’”.

O problema da educação não é o vírus, são

esses governos que querem tirar o futuro da juventude nos impedindo de estudar. A mobilização em São Leopoldo é um exemplo do que pode ser feito por estudantes em outros estados. Não podemos abrir mão ao direito à educação pública e presencial.

Márcia e Hélio

BAHIA



Estudantes de pós-graduação da UFBA em 12 de março se mobilizam para exigir do governador Rui Costa do PT a prorrogação das bolsas de pesquisa por 6 meses!

Formação de verão reanima a luta!

Os núcleos da Juventude Revolução do PT concluíram no último domingo, dia 14 de março, a realização das atividades de formação de verão de 2021. As atividades iniciaram no dia primeiro de fevereiro, com uma live de abertura com o tema “Crises e explosões sociais: a juventude na rua” com a participação do companheiro Júlio Turra do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista. Mais de 300 jovens se reuniram durante os meses de fevereiro e março, em 13 estados, para debater o primeiro capítulo do livro “Estado e Revolução” de Lênin, que ajudou a reanimar as atividades dos núcleos. A jovem Maísa, de 15 anos, do núcleo de Araquari/SC, comentou que “a formação foi muito legal, aprendi muito. Temos que nos revoltar nas ruas contra esse governo”. Logo após a atividade ela propôs uma colagem de cartazes no bairro dela para exigir vacina e testagem em massa. O estudante Victor Marcondes, morador de Realengo/RJ, participou pela primeira vez de uma atividade da JR do PT e registrou em suas redes sociais: “Acabo de me filiar à Juventude Revolução do PT! É nosso dever enquanto jovens nos organizar e resistir contra as investidas desse governo!”

Os núcleos iniciam o ano de 2021 já com

muita vontade de resistir contra os ataques desse sistema podre e organizar vários jovens na luta pela revolução. Viva a JR do PT!

Kris

Editorial

Urge deter a escalada do genocida!

A velocidade no crescimento do número de contaminados e mortos, no número de desempregados e desamparados, no número de famintos e nos ataques à democracia exaspera o povo.

Na escalada da pandemia, o país beira 300 mil mortos e o governo genocida segue sem garantir vacina e testagem e sem investir na abertura de leitos. Os hospitais estão em colapso e pessoas morrem em casa ou nas filas de espera por um leito.

Na escalada do desemprego, as multinacionais fecham suas plantas a seu bel prazer, pequenas e médias empresas e comércio vão à falência. Os trabalhadores que ainda têm seu posto de trabalho são submetidos à perda de direitos e estão sujeitos a trabalhar sem que lhes forneçam qualquer segurança sanitária e, muitas vezes, até contaminados.

Na escalada do preço dos alimentos básicos a fome ronda os lares das famílias trabalhadoras. Nos últimos 12

meses, o preço do óleo de soja subiu 87,89%, o do arroz 69,80%!

Em desenfreada escalada no seu autoritarismo obscurantista, este governo genocida

**NEM MAIS
UM DIA PARA
ESTE GOVERNO**

é responsável por um crescimento de 285% nos inquéritos baseados na Lei de Segurança Nacional, herdada da ditadura militar.

Como colocar um freio nisto?

O último dia 10 de março mostrou quem pode e que tem a responsabilidade de fazê-lo. Com seus direitos políticos restituídos, depois do ministro Fachin do Supremo Tribunal Federal (STF), com cinco anos de atraso (!!!), declarar a incompetência da 13ª Vara da Lava Jato de Curitiba, que o julgou e condenou, Lula falou à nação. Independente de estarmos de acordo com tudo o que disse, o fato relevante é que sua fala, e as reações a ela, mostram que há um caminho, uma alternativa para tirar o país desta situação trágica. Ele disse, e tem razão, que este governo não pode continuar. E não pode mesmo, nem mais um dia!

Para que ele não continue, o que fazer e quem deve dar a largada?

O povo trabalhador do vizinho Paraguai, numa explosão espontânea desde o início de março, está nas ruas exigindo fora o governo (ver pág.11). Lá, como cá, o Congresso garante a continuidade do governo, mas o povo não abandona as ruas.

Ao falar à nação, Lula realça a responsabilidade do PT para dar a largada na luta, na mobilização popular, pelo fim do governo Bolsonaro. Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, as explosões populares

são inevitáveis diante da asfixia dos povos. É o que mostra o Paraguai e outros povos (ver págs.11 e 12).

No Brasil, cada dia a mais deste governo são 3000 brasileiros mortos: vacina para todos pelo SUS, testagem em massa, reabertura de hospitais!

Cada dia a mais de governo genocida, são milhões de desamparados e desempregados: auxílio de \$600; nenhuma demissão!

Com cada dia de estadia do genocida no Planalto, serão milhões de famélicos: tabelamento dos preços dos alimentos!

São algumas das necessidades urgentes das massas trabalhadoras e oprimidas, que o Diálogo e Ação Petista propõe para que o PT dê a largada, chame a mobilização popular, nenhum dia a mais para este governo! Para que o PT esteja ao lado do povo, consolidando-se como a alternativa capaz de abrir uma saída, que não virá do Congresso, do STF, destas instituições e com os partidos da ordem, responsáveis pela tragédia que assolou o país. Mãos à obra PT! Ainda é tempo!



Sony fecha fábrica no Brasil

Depois da Ford, e outras multinacionais, agora a Sony anunciou em 1 de março que fechará sua fábrica no Brasil. Instalada desde 1972 a fábrica do Amazonas chegou a ter três mil trabalhadores, mas progressivamente foi demitindo funcionários até chegar a 1,3 mil em 2018. Agora, a fábrica fechará definitivamente e demitirá 220 funcionários.

Em janeiro outra empresa do grupo de eletrônicos, a Semp Toshiba, iniciou demissões. Foram 450 trabalhadores demitidos sem aviso prévio durante a troca de turno. Também em janeiro a 3M anunciou que fechará sua fábrica de produtos odontológicos em São José do Rio Preto, interior de São Paulo. Serão demitidos mais 120 operários.

Desindustrialização acelerada

Uma pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostra que 36,6 mil unidades de produção industrial fecharam no Brasil de 2015 a 2020. São 17 indústrias fechadas por dia no país, em média.

Antes de 2015 o Brasil possuía 384.721 fábricas e no final do ano passado o seu número estava reduzido para 348,1 mil.

Esse fenômeno não é recente. Há muitos anos

o país sofre com um processo de desindustrialização. Nos últimos 10 anos, a participação da indústria no Produto Interno Bruto brasileiro caiu quase 7%.

No fim do ano passado, segundo estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), só 20,4% da riqueza produzida no país era gerada pelas fábricas. Este é o menor índice desde 1947, quando a pesquisa começou a ser feita. Em 2010 essa taxa era de 27,4%. Porém, nos últimos dois anos o ritmo da desindustrialização se acelerou, sobretudo no ano passado.

1,2 milhão a menos de empregos industriais

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Brasil perdeu 1,251 milhão de empregos industriais em 2020.

Nunca antes, desde 2012 quando a pesquisa começou a ser feita, o Brasil perdeu tantos empregos na indústria em um único ano.

Desta forma o país fechou 2020 com 10.914 milhões de trabalhadores na indústria, outro recorde negativo.



Sarney arrocha salários e concentra renda

Cifra do mês: 99,67%. Este é o reajuste que seria necessário para repor os salários das categorias mais arrochadas ao nível de março de 1986, um mês depois do Plano Cruzado. É importante lembrar que o salário daquele mês foi determinado pela média fajutada dos salários reais do ano anterior. Ou seja, já era um salário mais baixo do que o salário de 1985, que deveria ser repostado nas datas-base. De lá para cá, a cada novo choque, o governo baixa uma lei que proíbe qualquer negociação sobre as perdas acumuladas, acumulando-as cada vez mais. (...) A atuação do governo Sarney é a de concentrar cada vez mais a renda, deixando os ricos mais ricos e os pobres, miseráveis.



O Trabalho n° 275 – março de 1989

O TRABALHO 42 ANOS

A serviço da luta independente
da classe trabalhadora



**ASSINE O JORNAL
O TRABALHO**

R\$ 10/mês

O TRABALHO 

Partido





No Sindicato do Metalúrgicos do ABC, Lula faz um pronunciamento de uma hora e meia e depois responde à entrevista de imprensa

Lula fala à nação brasileira!

Com os direitos políticos recuperados por decisão do STF

Nos felicitamos pela anulação dos processos da Vara de Curitiba contra Lula. Afinal, Lula é o principal líder dos oprimidos e explorados. Com o PT, ele é vítima de perseguição judiciária direta há mais de 15 anos. Nós, da Corrente O Trabalho do PT, a seção brasileira da 4ª Internacional, combatemos desde o começo essa perseguição, que não está encerrada (ver pág.9).

O fato em si e o pronunciamento posterior de Lula tiveram enorme repercussão. Ele apresentou uma voz de Oposição ao desgoverno Bolsonaro, repôs a polarização política para abrir uma saída para o povo. Tem a ver com a exasperação popular com a escalada

da pandemia que gera grande tensão (faltam vacinas e testes, há colapso hospitalar). Tudo sob o fundo do desemprego, da carestia e do obscurantismo. Um clima ainda exacerbado por um tipo de terror explorado por Bolsonaro e os governadores, cada qual a seu modo, às vezes acompanhado por lideranças populares, além da grande mídia.

É essa situação que potencializou a fala de Lula agora com direitos políticos, portanto, como uma alternativa presidencial da Oposição aos olhos de amplos setores das massas, para além, inclusive, dos simpatizantes do PT. A fala de um candidato presidencial de fato.

Uma questão é como isso repercutirá no terreno da luta de classes (não só nas pesquisas).

Porque o governo Bolsonaro segue a sua rota. Ele integrou o desarranjo das forças do “centro” com a emergência de Lula que embaralhou a elite, e trocou o ministro da Saúde por outro bolsonarista. Fez votar no Congresso a “PEC Emergencial” com um novo retrocesso no Orçamento. Mesmo se foi desidratada pela resistência sindical e da Oposição que, agora, diferente da unanimidade no Orçamento de Guerra em abril de 2020, votou contra.

Esperamos que o diálogo de Lula com o povo e os tons anti-imperialistas da fala, ajudem a agrupar a força social para acabar com a

tragédia Bolsonaro, o quanto antes melhor. Lula é o melhor candidato que o PT e a Oposição dispõe.

Como todos no PT sabem, ao logo dos 13 anos de governo de Lula e Dilma, e depois, nós tomamos distância dos acenos de conciliação – por exemplo agora o “não tenham medo de mim” ou “a aliança capital-trabalho” – que desarmaram para o golpe do impeachment.

Mas no PT a hora é encorajar a luta popular. Não é hora de ‘pactos’ com o governo, nem polêmicas estéreis. É hora de uma plataforma de ação de Oposição (ver pág. 5) - para tirar Bolsonaro, como diz Lula abaixo.

Markus Soko

TRECHOS DE LULA EM 10 DE MARÇO

★ “A quadrilha de procuradores da força-tarefa, e o Moro, entendiam que a única forma de me pegar era pela Lava Jato. Mas nós vamos continuar brigando para que o Moro seja considerado suspeito.”

★ “Pode ficar sabendo, Boulos, que você tem toda a minha solidariedade. Se for preciso invadir por sua causa, nós invadiremos.”

★ “Vocês nunca ouviram da minha boca falar em privatização”.

★ “Quem estiver comprando as coisas da Petrobras está correndo risco, porque a gente pode mudar muita coisa”.

★ “Se Rodrigo Maia quer construir uma nova relação e conversar sobre democracia, vacina, auxílio emergencial e emprego, estou disposto. E se quiser dar uma passo mais e conversar como tirar Bolsonaro, estou mais feliz ainda.”

★ “Eu gostaria que no Congresso Nacional só tivesse gente boa, de esquerda, progressista, mas não é assim. O povo não pensou assim. O povo elegeu quem quis eleger. Nós temos que conversar com quem está lá para ver se a gente conserta esse país.”

★ “Então, não tenham medo de mim. Eu sou radical porque eu quero ir à raiz dos problemas desse país”.

★ “É preciso garantir que o povo tenha emprego, tenha renda, que possa viver com dignidade, senão não há crescimento. Será que é difícil ou nós vamos ficar reféns do ‘Deus mercado’, que só quer ganhar dinheiro não importa como?”

★ “Uma frente de esquerda é mais fácil construir para produzir um programa de luta contra o que está acontecendo com a direita, mas esse programa pode envolver setores conservadores. É possível, é. Nos Estados brasileiros, temos vários governadores eleitos em aliança ampla.”

★ “Em 2002 tive como vice o companheiro Zé Alencar, que era do MDB, depois PL. Foi a primeira vez que se fez uma aliança entre o capital e trabalho e, sinceramente, acho que foi o momento mais promissor da história do País.”

“Comitê gestor” com Bolsonaro, não!

21 governadores querem a Oposição num Pacto Nacional com o governo

O novo líder do PT na Câmara, deputado Bohn-Gass, frente à escalada da pandemia e ao desgoverno propôs a “criação urgente de um Gabinete Nacional de Crise envolvendo o governo federal, governadores, prefeitos, o Congresso Nacional e o Judiciário para conduzir as ações”. A proposta dita de “união nacional” no site (28/02), é questionada por vários membros do Diretório Nacional. Markus Sokol, do DAP, argumentou que é “inaceitável anular o PT como Oposição”, integrando nossos governadores e prefeitos, além das bancadas no Congresso, a um ‘Gabinete de crise’ com o governo federal; extrapola a orientação do partido contra

o governo Bolsonaro (Fim, Fora etc.)”. Dois dias depois, a proposta é retirada na bancada. Mas, a Executiva Nacional reunida em 5 de março ouve o convidado Tarso Genro, ex-governador, retomar uma ideia parecida face à pandemia (“tempo de guerra”), propondo “um programa, se ainda não um governo de Salvação Nacional”. Sem muita simpatia fora de um pequeno círculo, a questão não consta da Resolução de Conjuntura.

Então, dia 10 de março, o Jornal Nacional da Globo, anuncia que Wellington Dias (PT), governador do Piauí, em nome de 21 governadores – de Dória (PSDB-SP) a Zema (Novo-MG) - propõe um Pacto Nacional Pela Vida e a Saúde, “Pacto que deve ser dirigido por um Comitê Gestor com a participação dos três poderes e de todos os níveis da Federação, além da assessoria de um Comitê de especialistas”. Portanto, parecido à proposta de Bohn Gass.

Nem mais um dia para Bolsonaro!

Horas antes, Lula na sua fala (acima) disse que “a primeira coisa que ele teria feito em março do ano passado, era criar um comitê de crise. Envolvendo o seu ministro da Saúde, envolvendo secretários da Saúde dos estados, envolvendo cientistas”.

Com todo respeito ao maior líder popular do país, discordamos. Em março passado,

com ou sem “comitê de crise”, o PT já deveria estar levantando – aliás, desde o 7º Congresso de 2019 - a luta pelo Fim do Governo Bolsonaro, o que ele só fez muito tardia e tibiamente no meio da pandemia. Na época, o PT se empenhou e votou um “Orçamento de Guerra” unânime na Câmara. Tentou com Rodrigo Maia o tal “gabinete de crise” que não passou, nem podia. Mas Bolsonaro ficou, apoiado no Centrão no Congresso e faturou o “Orçamento”.

Bolsonaro não tem conserto possível, a única solução é terminar com esse governo, nem mais um dia para Bolsonaro, para abrir caminho a um novo governo capaz de defender o povo da crise!

de 18 de março a 1 de abril 2021

DIÁLOGO E

AÇÃO PETISTA

PT

 /DapBrasil  /DapBrasil  /DapBrasil  <http://petista.org.br>

GRUPOS DE BASE REÚNEM 900 MILITANTES

Reuniões e atividades nas ruas, com todos os cuidados diante da pandemia, devem continuar

Desde a Plenária Nacional em 20 de dezembro último, 80 grupos de base do Diálogo e Ação Petista se reuniram, em 16 estados, somando mais de 900 militantes presentes. Novos grupos foram criados neste período, os grupos passaram a ter um funcionamento mais orgânico e cresceu a presença do DAP em manifestações de rua. O avanço da organização e da atuação do DAP responde a uma exigência do momento político, de crise profunda (econômica, social, política), em meio a uma pandemia totalmente sem controle, um momento em que só a luta dos trabalhadores pode trazer uma solução.

O DAP reafirma suas propostas de medidas de emergência: testagem em massa, vacina para todos pelo SUS, nenhuma demissão, restituição de plenos direitos políticos para Lula (mesmo agora, com a anulação dos processos de Curitiba), ajuda de R\$ 600 durante a pandemia, reabertura de hospitais (com contratações) e tabelamento de preços contra a carestia. Isso tudo tem um nome: nem um dia a mais para o governo Bolsonaro.

Roberto Salomão



Partidos, entidades e parlamentares exigem liberdade para os presos da revolta.

LIBERTAÇÃO DOS PRESOS CHILENOS DA REVOLTA

Na tarde de 3 de março, em São Paulo, cerca de 45 pessoas representando diversas entidades políticas e sindicais estiveram diante do Consulado do Chile, na Avenida Paulista, para protestar contra a prisão dos milhares de chilenos presos desde a revolta de 2019, e exigir a libertação imediata dos que seguem encarcerados. Promovido pelo Comitê de Solidariedade pelos Presos da Revolta, o ato ajudou a ampliar a adesão de entidades à moção que está sendo endereçada ao embaixador do Chile no Brasil.

Conduzido por Henrique Ollitta, da coordenação estadual do Diálogo e Ação Petista e membro do Diretório Estadual do PT-SP, e pelo ex-deputado Adriano Diogo, coordenador da Secretaria Nacional de Direitos



No fechamento da edição ocorria um ato na embaixada do Chile em Brasília.

Humanos do PT, o ato contou com a participação do PT, PSOL, PCdoB e PSTU. O vereador do PT Antonio Donato foi o primeiro a falar, trazendo também mensagem do vereador Eduardo Suplicy.

Foi anunciada a adesão de diversos sindicatos, como Bancários, Eletricitários, Servidores Municipais e Artistas, e personalidades ligadas à defesa dos direitos humanos. O ator Leandro Lago leu poema da compositora Violeta Parra, simbolizando a resistência do povo chileno. Chilenos que residem em São Paulo estiveram presentes e levaram as bandeiras do Chile e do povo Mapuche. Falaram também no evento o representante da Executiva Nacional da CUT, João Batista Gomes, e o companheiro Fabinho, da Conlutas.

Encerrando a atividade, Júlio Turra, da coordenação nacional do DAP e do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio, relatou

a situação política naquele país e informou o andamento da campanha internacional. O Comitê, que conta com a participação da Fundação Vladimir Herzog e do Sindicato dos Jornalistas, foi constituído a partir do apelo por uma campanha internacional lançado pela Confederação dos Sindicatos Bancários do Chile. A partir de gestões do Comitê, a Comissão de Direitos Humanos da OAB de São Paulo enviou uma longa carta ao embaixador do Chile no Brasil exigindo a libertação dos presos.

BANQUINHA PELO PL DA TESTAGEM EM MASSA

O grupo de base do DAP da Mooca, bairro de São Paulo com tradição de lutas operárias, montou no dia 12 de março uma banca para a coleta de assinaturas em defesa do projeto de lei de testagem em massa da Covid-19. A atividade, que contou com o apoio de companheiros da Brasilândia e do Centro, foi realizada no portão da fábrica Lorenzetti e mais de 70 assinaturas foram coletadas.

Uma trabalhadora relatou que dois operários morreram de Covid-19 na fábrica e um terceiro está internado em estado grave. Ela denunciou que a empresa não afasta quem



Abaixo-assinado da testagem na Mooca: junto aos trabalhadores.

tem sintomas, só faz teste rápido numa farmácia próxima e se o operário não estiver muito mal permanece trabalhando, mesmo que infectado.

O caso, que deve ser generalizado, mostra não apenas o descaso de autoridades e empresários, como a necessidade urgente da testagem em massa. Pois os trabalhadores das fábricas continuam trabalhando e utilizando ônibus e trens lotados.

Houve várias falas dirigidas aos trabalhadores da fábrica. O companheiro Adilson Souza, presidente do Diretório Zonal da Brasilândia, concluiu: “Não podemos encurralar em

casa a população que, se não morrer de fome, vai morrer de coronavírus. Essa é a situação dos governos Bolsonaro, Dória e do Bruno Covas”.



Em Vitória da Conquista, DAP presente no ato de 8 de Março.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER TRABALHADORA

○ Comitê Nacional do DAP, em reunião no dia 3 de março, aprovou uma carta sobre o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora e orientou que os grupos de base se envolvessem nos atos que seriam realizados no 8 de Março.

A carta recupera a história de luta das mulheres operárias, inclusive a manifestação que

foi o estopim da Revolução Russa de 1917, e reforça a necessidade da luta conjunta de trabalhadores e trabalhadoras. Salário igual para trabalho igual e fim da violência contra a mulher são duas das bandeiras defendidas pela carta.

A carta termina com um chamamento: “O 8 de março de 2021 deve ser marcado como um dia de luta pelo fim do governo Bolsonaro, em defesa da mulher trabalhadora!”.

Houve poucos atos presenciais, em função do recrudescimento da pandemia. Em Juiz de Fora (MG), companheiras do DAP circularam com uma Kombi, com as reivindicações expressas em cartazes e pelo som do carro. Em Vitória da Conquista (BA), o DAP participou com seus pirulitos do ato chamado pelo PT.

A large crowd of people is gathered for a protest or demonstration. In the foreground, a person is seen from behind, wearing a red t-shirt with the CUT logo and the website address www.cut.org.br. The crowd is diverse in age and appearance, and many are wearing face masks. The background shows a building with a large arched window.

Luta de classe

www.cut.org.br

PEC 186: Bolsonaro aprova a piora dos serviços públicos

Batalha agora é para barrar a contrarreforma administrativa

Em 16 de março ficamos sabendo que quinze hospitais privados de São Paulo, cidade mais rica do país, haviam pedido socorro ao SUS porque não tinham mais leitos para atender doentes da Covid-19. Poucos dias antes, em 11 de março, a Câmara dos Deputados havia aprovado a PEC 186 (promulgada como Emenda Constitucional 109), que estrangula ainda mais as verbas para o serviço público, inclusive o SUS. Em plena pandemia!

Esta nova Emenda 109 se combina com a EC 95 (teto de gastos) e seu ponto mais conhecido são os gatilhos, que permitem congelar concursos públicos e salário dos servidores federais, estaduais, municipais por 15 anos, até 2036.

Os gatilhos serão acionados quando a União decretar calamidade pública ou quando a relação entre despesas e receitas atingir certos patamares, o que, em nível federal, deve acontecer até 2025, mas em pelo menos 14 estados acontecerá imediatamente.

A EC 109 traz outras medidas, como a sucção de dinheiro de fundos públicos, sempre para garantir lucros do mercado financeiro.

Há até um inciso que prevê a edição de Lei Complementar sobre “sustentabilidade da dívida”.

Aproveitam a pandemia para passar a boiada

Além do costumeiro toma-lá-dá-cá com os parlamentares, o governo aproveitou diretamente a pandemia para aprovar esse duríssimo ataque aos serviços públicos em tempo recorde, apenas 15 dias. Bolsonaro chantageou com o auxílio emergencial: terminado em dezembro, sua volta, em valor miserável de apenas R\$ 250,00, em média, só poderia ser aprovada junto com novo arrocho fiscal.

Assim, o auxílio - ajuda do Estado para assistir setores vulneráveis - foi amalgamado numa PEC que é seu extremo oposto, a garantia de pagar banqueiros com verbas dos serviços públicos que faltarão justamente para esses mesmos setores vulneráveis.

O movimento sindical se posicionou firmemente a favor do auxílio emergencial de R\$ 600,00 enquanto durar a pandemia e contra a totalidade do pacote fiscal.

Nesse mesmo sentido, substitutivo e emendas foram apresentados, tanto no Senado quanto na Câmara, pela oposição parlamentar que, derrotada, votou em bloco contra a PEC 186.

A pressão sindical e da oposição obrigou o governo a recuar em outros pontos do projeto original, entre eles a redução de salário

e jornada dos servidores e a desvinculação das verbas da saúde e educação.

Mas as ameaças continuam na Câmara, com a chamada reforma administrativa (PEC 32). É outro violento ataque, um giro de várias voltas no torniquete que sufoca os serviços públicos, arrocha os salários dos servidores, compromete as aposentadorias e piora o atendimento à população que já vem sofrendo na pele os efeitos da EC 95.

Todos contra a PEC 32

O movimento sindical e popular convocou para 24 de março um dia nacional de lutas, com paralisações onde for possível, em defesa da vacina já para todos pelo SUS; auxílio emergencial de R\$ 600 enquanto durar a pandemia; não às Privatizações. São reivindicações que alimentam o movimento pelo fim do governo Bolsonaro.

Os servidores federais, estaduais e municipais estão organizando sua participação nos atos em todo o país, levantando a luta contra a PEC 32. E para os trabalhadores que têm mais dificuldade para ações de rua nesta situação de agravamento da pandemia – sobretudo aposentados - há a possibilidade de exercer pressão por meio de mensagens aos deputados e votação na enquete aberta na Câmara. Bolsonaro não desistirá de seus ataques a todos os servidores e serviços públicos. Ele

terá que ser derrotado.

Edison Cardoni

Em plena pandemia, ataque aos serviços públicos

Prefeito de Joinville (SC) fecha Unidades Básicas de Saúde da Família

A situação do povo já não está fácil, mas o Prefeito de Joinville, Adriano Silva (Novo), anunciou no dia 12 que fechará dez Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSFs) por 60 dias, uma verdadeira “bomba” para população usuária e para os servidores.

No mesmo dia o Sinsej (sindicato dos servidores municipais) realizou um ato no Bairro Adhemar Garcia e visitou no dia 15 a UBSF do Ulysses Guimarães onde testemunhou “filas longas à espera de atendimento e muita reclamação e desinformação, até mesmo sobre o futuro dos servidores”. Uma servidora que não quer ser identificada, relatou que “não havia orientação sobre onde deveria atuar a partir do fechamento da Unidade em que trabalha”. Para uma moradora do bairro Izi-nalva Batista “a mudança no atendimento vai gerar muita confusão e dificuldade na vida de quem depende do posto, tanto para consultas como para pegar guias de exames e medicamentos” (Facebook do SINSEJ).

A prefeitura usa o argumento que é para ampliar o atendimento da Covid-19, mas fica claro que com a falta de profissionais, o prefeito não esconde a possibilidade de entregar a saúde à terceirização. A população já tem receio que a UBSF não volte a abrir. A política do prefeito demonstra não se importar com a vida do povo de Joinville, já são quase 800 mortos por conta da Covid-19.

A direção do Sinsej solicitou reunião de urgência com a Secretaria de Saúde para discutir o fechamento das UBSFs e reafirma a necessidade de investimento, com a realização do concurso público e ter mais unidades de atendimento e não fechar unidades.

Correspondente

COM A LUTA, REFORMA DA PREVIDÊNCIA SAI DA PAUTA

No dia 15 foi aprovado por unanimidade um requerimento do vereador Cláudio Aragão (MDB) que retirou da pauta da reunião da Comissão da Câmara Municipal, que teria presença do Sinsej e da prefeitura de Joinville, a discussão do projeto de reforma da previdência enviado pelo prefeito Adilson Silva.

Agora, com o projeto retirado da pauta da Comissão, será marcada uma nova data e uma possível audiência pública.

A luta contra esses projetos da reforma continuará.

O prefeito quer fazer a reforma de Bolsonaro: aumentar a alíquota de contribuição, de 11% para 14%, aumentar as idades para receber a aposentadoria e a criação de uma contribuição para previdência complementar.

EM SP DÓRIA FECHA PSs DE HOSPITAIS

Dória, governador de São Paulo (PSDB), anunciou o fechamento de Pronto Socorros de vários hospitais para se tornarem referência de Covid-19, entre outros, os do Hospital Itaim Paulista e Vila Alpina, zona leste da capital e Hospitais Grajaú e Pedreira na zona sul. Os sindicatos e movimentos sociais estão se mobilizando e realizando atos contra o fechamento desses PSs; Para onde serão enviados pacientes com outros quadros de diagnóstico? O fechamento dos PSs está levando a superlotação de Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Unidade de Pronto Atendimento (UPAs) e das Assistência Médica Ambulatorial (AMAs).

BAHIA



Os petroleiros estão em greve desde 5 de março, em várias regiões do país, contra a política de privatizações da Petrobrás, a precarização das condições de trabalho, os acidentes e o avanço da Covid-19 na empresa. Na Bahia foi retomada a greve na Refinaria Landulfo Alves (RLAM) e há paralisações nos estados de Amazonas, Espírito Santo e São Paulo e mobilizações em várias refinarias.

Seria o “lockdown” uma reivindicação dos trabalhadores?

Debate na CUT mostra divergências sobre orientação para 24 de março

A final, o que é “lockdown”? Em bom português, é o confinamento da população ou a quarentena. Diante da inação do governo Bolsonaro frente à pandemia e sua hostilidade ao “fechamento da economia”, por um lado, e, por outro, da ação desencontrada de governadores e prefeitos, o termo “lockdown” cobre situações diversas, seja o “fechamento total” de Araraquara (SP), sejam os “toques de recolher” à noite, com os transportes abarrotados durante o dia. Em todo o caso, trata-se de uma medida de governo ou de recomendações de especialistas e cientistas, diante do recrudescimento da Covid-19 no atual momento.

Em 11 de março, a executiva nacional da CUT reuniu-se para discutir uma proposta acertada com outras cinco centrais (Força, UGT, CTB, CSB e NCS) de transformar a jornada de luta de 24 de março por vacina, auxílio de 600 reais e Fora Bolsonaro num “dia de lockdown dos trabalhadores”.

“Não se confundir com os governos”

No debate, todas as forças minoritárias que compõem a instância registraram desacordo

com essa proposta, bancada ao final só pela Articulação Sindical (maioria). João Batista Gomes e Marize de Carvalho, num texto dirigido à reunião (ver em cutindependentede-luta.wordpress.com), alertaram:

“Num país tão desigual como o nosso, a CUT defender ‘fechamento total da economia’ é colocar-se contra a grande maioria do povo que, abandonada pelo poder público, precisa sair de casa para não morrer de fome. Significa também aparecer como aliada ou fiadora das medidas de restrição de Dória e outros governantes, que são altamente polêmicas (...) podemos criticar ou não as medidas adotadas pelos governos neste terreno, analisar seus efeitos sobre as condições de vida e trabalho da nossa classe e a partir daí fazer reivindicações e exigências concretas, com toda a independência que uma organização sindical deve ter. Mas, não podemos nos confundir com governantes que querem salvar a sua cara falando em ‘lockdown’ para esconder a sua responsabilidade pela falta de uma política pública efetiva para combater a pandemia.”

A caravana passa...

Em 15 de março, enquanto no site da CUT se divulgava o “lockdown dos trabalhadores, em defesa da vida”, dizendo que em 24 de março era para “ficar em casa, sem trabalhar”, o site



Reunião das centrais com o governador de SP, Dória (PSDB), “Levamos nossa solidariedade a ele”, explica Miguel Torres (FS)!

da Força Sindical noticiava a reunião dos presidentes das seis centrais com o governador Dória (SP), na qual, afirma Miguel Torres (FS): “Levamos nossa solidariedade a ele e aos demais governadores que estão sofrendo ameaças, inclusive de morte, pelas medidas mais restritivas e necessárias que estão adotando agora no combate à pandemia da covid-19”. O resultado da reunião, segundo Torres, foi que Dória “acertou a participação de representantes das centrais sindicais nas reuniões mensais de seu secretariado”.

Como se vê, não era infundada a preocupação com a independência sindical levantada na executiva da CUT. É urgente retomar o caráter independente e de luta dos sindicatos e da CUT, e não confundir-se com governos e participar de reuniões do secretariado de Dória numa operação política feita “por cima” e às costas da classe trabalhadora.

Lauro Fagundes

Educação remota: oportunidades para o mercado

Com a destruição programada do direito à educação pública de qualidade

Entre fevereiro e março de 2021, diversas redes municipais e estaduais de ensino anunciaram a retomada das aulas presenciais. Porém, passadas algumas semanas, as condições sanitárias e os recursos humanos, com a alta da Covid-19, se revelaram precários e os governos voltaram ao ensino remoto que vigorou ao longo de 2020. É flagrante que, enquanto as professoras e professores foram obrigados a trabalhar com a educação remota e as escolas ficaram fechadas, prefeitos e governadores nada fizeram, nem para controlar a pandemia, tampouco para adequar as Unidades Escolares (UEs). Medidas como testagem em massa (RT-PCR) e rastreamento dos casos de contágio, isolamento de contagiados, não foram adotadas. A questão da merenda escolar tampouco foi resolvida. Com a falta de vacinas, não há um calendário concreto estabelecido pelo SUS para a comunidade escolar.

Isso levou a mobilizações e greves, como em São Paulo, com reuniões com as famílias, carreatas, atos presenciais, contra uma reabertura das aulas presenciais sem as mínimas condições sanitárias. Com o repique recente

da pandemia, as escolas voltam a ser fechadas. Há professores e dirigentes de suas entidades sindicais que, mesmo sabendo que o ensino remoto é uma farsa, tratam as “aulas virtuais” como reivindicação da categoria. Trata-se de um equívoco, pois o ensino remoto é um instrumento de destruição do direito à educação pública.

“Uma janela para o mercado”

O Instituto Millenium, um dos que defende as demandas privatistas do mercado para a educação pública, afirma que a pandemia da Covid-19 abriu uma “janela de oportunidades” para antecipar a implementação da educação remota no ensino básico.

De fato, enquanto o MEC gastou apenas 71% das suas verbas de 2020 na educação básica, as crianças e jovens das escolas públicas tiveram o seu direito à educação negado, não só pela falta de acesso à internet, mas também pela inadequação desse meio para a apreensão dos conhecimentos.

O período de pandemia está servindo de “teste” para a instalação da chamada “educação híbrida”, onde as aulas virtuais deixariam de ser um complemento eventual às aulas presenciais, mas ambas fariam parte do processo oficial de ensino, degradando a sua qualidade.

Os professores e professoras, com uma

avalanche de tarefas que vão muito além das horas de trabalho presencial nas escolas, foram forçados a comprar equipamentos e a financiar as despesas do trabalho remoto. Os conteúdos são pré-definidos por plataformas virtuais, desqualificando os profissionais em meros monitores. O terreno para a “educação híbrida” com automatização e privatização, com altos lucros para as plataformas digitais e menos “despesas” para os governos, está sendo trilhado.

Assim, mesmo se neste momento as aulas presenciais são impedidas pela aceleração do contágio e a inação dos governos, “ficar no ensino remoto” não pode ser uma reivindicação para quem defende o direito ao ensino público de qualidade, inseparável das aulas presenciais, para a volta das quais, no momento oportuno, devemos levantar as exigências necessárias.

Nelson Galvão



Centenas de agentes comunitários de saúde (ACS) e de controle às endemias (ACE) de Florianópolis – alguns com mais de 20 anos no mesmo cargo – estão sob risco de perder seus empregos em plena pandemia. Em resposta o Sintrasm (sindicato da categoria) está mobilizando e realizou no dia 11 uma assembleia para organizar a luta contra a ameaça de demissões.



Nacional



Hospital em Porto Alegre (RS), cidade que já tem 103% de ocupação de leitos de UTI

Bolsonaro é responsável pelo avanço da pandemia

Consequência do interesse das farmacêuticas no lucro e descalabro do governo

Sem vacina e testes em massa, o país tornou-se epicentro da pandemia e bate recordes em contágio e óbitos.

Enquanto o vírus dava seus primeiros passos, o governo Bolsonaro tratava a Covid-19 como uma gripezinha qualquer e aprofundava os ataques aos Institutos de Pesquisa e Universidades, impedindo que respondessem positivamente e encontrassem a vacina para o vírus que já mostrava seu poder arrasador para os povos.

Ao invés de propor o fim do teto de gasto para a saúde e colocar dinheiro para a pesquisa, Bolsonaro incentivou o Exército a produzir a Cloroquina, que se mostrou ineficaz no combate à Covid-19.

Instituições como Butantã, Fiocruz, Adolfo Lutz e outras do país patinam sem verbas.

Descontrole total

Como consequência dessa política de cortes de investimentos para as instituições públicas de pesquisa e a ausência de uma política de proteção interna para a produção de insumos farmacêuticos, o Brasil produz hoje, de acordo com a Abiquifi (Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos), somente 5% dos insumos consumidos, o que nos torna totalmente dependentes do IFA – Ingrediente Farmacêutico Ativo – para a produção das vacinas.

Sem pesquisa, sem vacina e teste para todos, o país assiste um descontrole total da pandemia, e o avanço da doença nos jovens, crianças e matando como nunca. E o SUS, responsável pelo atendimento de 80% da população brasileira, tem seus leitos hospitalares e de UTIs lotados e filas aguardando leito. De acordo com a Fiocruz, ao menos 72.264 pessoas morreram sem ter acesso a um leito de UTI, mesmo estando hospitalizado.

E os números são assustadores: mais de 11.500.000 infectados, mais de 2000 mortos por dia e mais de 282 mil mortos, desde o início da pandemia.

O povo morrendo, e os governos jogando para a torcida.

Foi o que fez o Governador de São Paulo, anunciando o seu 24º plano para a contenção da pandemia no estado.

Essas medidas restritivas ajudam o combate na propagação do vírus, e conseqüentemente na diminuição das mortes e nas internações, mas precisam ser complementadas com vacinas para todos, testes em massa e ajuda emergencial para que as pessoas possam ficar em casa e não serem obrigadas a saírem em busca do sustento de suas famílias.

Os testes continuam apodrecendo nos galpões do Aeroporto de Guarulhos e as vacinas, importadas a preço de ouro, chegam a conta gotas e as produzidas aqui insuficientes, imunizando somente 1 em cada 3 pessoas que integram os grupos de riscos. Nesse ritmo, vamos conseguir imunizar a maioria da população em 2022. E até lá, o povo trabalhador sem a ajuda emergencial, ou a mísera ajuda como promete agora o governo, vai ter que escolher entre morrer de fome ou de Covid-19.

No Ministério da Saúde, sai o desastrado general e Bolsonaro nomeia o 4º ministro. Como diz o povo da roça, “não adianta trocar as rodas da carroça, se o problema está no burro”.

Oswaldo Martinez D’ Andrade

“Maiores e vacinados!”

Lucien Gauthier discute pandemia, governos e suspensão de patentes (íntegra no site O Trabalho)

O que pensar do manifesto internacional intitulado “Suspendam as patentes das vacinas contra a Covid”, dirigido à Organização Mundial de Saúde por políticos, ministros, ex-ministros e ex-presidentes, que propõe: “Hoje, são algumas multinacionais da Big Pharma que estão enchendo os cofres (...). Propomos a suspensão das patentes de vacinas e de futuros tratamentos contra a Covid. O dinheiro não deve ser entrave à saúde mundial”?

Uma reorganização do capitalismo

Trata-se de pedir aos atuais governos (Macron, portanto) o favor de retirar das multinacionais uma das galinhas dos ovos de ouro? Sem dúvida, Macron vai se apressar, o capitalismo ficaria “um pouco menos pior”...

Na França, várias organizações de “esquerda”, ou “esquerda da esquerda”, divulgam essa iniciativa exigindo que Macron declare as patentes como bem comum.

Por trás da linguagem radical contra a Big Pharma, no entanto, há uma realidade inescapável: no sistema capitalista tudo é mercadoria, inclusive saúde. Neste jornal (*) abordamos várias vezes os monopólios farmacêuticos

e seus altíssimos lucros.

O fórum internacional de personalidades diz que “poderíamos entrar numa ‘era de pandemias’ devido aos danos ecológicos. Não vamos enfrentar isso priorizando interesses privados e as fortunas da Big Pharma. Ao contrário, devemos construir uma sociedade de ajuda mútua em escala mundial. Podemos começar agora dizendo que as vacinas e tratamentos anti-Covid são bens comuns”.

Está sendo oferecida uma reestruturação do sistema capitalista.

Quem pode acreditar que esses monopólios que lucram bilhões de dólares concordarão em colocar a patente das vacinas no domínio público? Quem pode acreditar que a OMS e Macron queiram e possam dobrar esses monopólios? Quem pode acreditar que Biden vai pedir às grandes farmacêuticas – na maioria estadunidenses – que renunciem aos lucros? É o mesmo que acreditar que uma ovelha possa comer um lobo.

A luta concreta contra o capital é a luta contra os governos que impõem as exigências do capital.

Será preciso esperar por esta “reforma” do capitalismo – ou, para os mais radicais, a expropriação do capital – para que os que desejam possam ser vacinados? No momento em que a União Europeia e Macron denunciam

o número insuficiente de vacinas entregue pelos laboratórios, a campanha da patente como bem comum contra as Big Pharma não ajuda a comunicação do governo e da U.E.?

Ao concentrar tudo nas Big Pharma, desvia-se a atenção da responsabilidade de Macron. Este, depois de mentir sobre os testes e as máscaras, lançou uma campanha indicando o povo como responsável pelos atrasos na vacinação.

E agora nos apresenta a vacinação como única e exclusiva solução... por quê? E os tratamentos? Existe vacina contra a gripe, mas também tratamos a gripe. Na realidade, visa esconder a responsabilidade do governo na destruição de hospitais. Só em 2018-19, fechou 7.500 leitos e, na pandemia, continua fechando leitos e quer fechar até os hospitais Beaujon e Bichat.

Ainda quer empurrar os profissionais de saúde já exaustos, sobrecarregados pelas condições de trabalho, a abandonarem o hospital. O governo poderia, assim, continuar a cortar postos e leitos para sua política de rentabilidade. Por isso ataca os trabalhadores da saúde, procurando colocar o povo contra eles. Mas, por trás dos discursos, está a realidade: quem quer se vacinar tem a maior dificuldade de agendamento. É a anarquia capitalista, é responsabilidade do governo Macron.

Àqueles que dizem que todos têm o mesmo inimigo, o vírus, e que devemos nos unir contra ele, respondemos: nenhuma união nacional, nenhuma confiança neste governo que não protege o povo mas o capital. Eles são responsáveis. Fim dos fechamentos e reabertura de leitos fechados, criação de postos de trabalho, fim do confinamento, fim dos toques de recolher, fim do estado de emergência, reabertura de faculdades, vacinação imediata para todos que desejarem.

É a linha do combate contra o governo. Neste jornal, somos maiores e vacinados contra Macron e seu governo.

*Informations Ouvrières

Lula recupera os direitos políticos

Fachin anula condenações e causa abalo, mas decisão não é definitiva, vai ao plenário do STF

Foi uma semana de reviravoltas. No dia 8, de forma surpreendente, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou as condenações de Lula na Operação Lava Jato decididas em Curitiba. Cinco anos depois, Fachin chegou à conclusão de que o ex-juiz Sergio Moro não era o “juiz natural” apto a julgar tais casos, porque

não envolviam a Petrobras.

É o que a defesa de Lula afirma desde o começo, além de contestar o próprio mérito dos processos, construídos sem provas. Os procuradores liderados por Deltan Dallagnol ligaram de forma artificial o processo do triplex do Guarujá às acusações de corrupção na Petrobras porque só assim a ação ficaria sob julgamento de Moro.

A decisão de Fachin, defensor da Lava Jato, foi interpretada como tentativa de livrar Moro, porque o STF estava pressionado a julgar a suspeição do ex-juiz, após a avalanche de evidências de que ele agiu de forma ilegal para perseguir Lula. De toda maneira, com a anulação dos processos e sua remessa para a Justiça Federal do DF, Lula recuperou os direitos políticos e se tornou elegível. Mas o podre Poder Judiciário pode acelerar os processos em Brasília para voltar a condená-lo.

“Bomba atômica”

No dia 9, porém, veio novo abalo. A Segunda Turma do STF, contra a posição de Fachin, retomou o julgamento sobre a parcialidade de Moro.

Na sessão, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski votaram pela anulação de todos os atos do ex-juiz nos processos de Lula. Fachin e Cármen Lúcia já haviam votado a favor de Moro em 2018, mas especula-se que a ministra

poderá mudar de posição. Nesse ponto, o mais novo integrante da corte, Kassio Nunes Marques (indicado por Bolsonaro), pediu vistas para analisar o caso. Não se concluiu o julgamento, com o placar até agora em dois a dois. Depois das reportagens da série Vaza Jato e das gravações liberadas para a defesa de Lula, demonstrando de forma cabal a operação espúria para sua condenação, muitos tentam se safar. O Gilmar Mendes que falou agora de forma dura contra a Lava Jato é o mesmo que pediu vistas em 2018 e paralisou por mais de dois anos a apreciação do habeas corpus sobre a suspeição de Moro.

A situação desnorteou muita gente. Para outro ministro do STF, Marco Aurélio Melo, “tivemos uma verdadeira bomba atômica com a decisão do ministro Fachin” (UOL, 11/3).

Os defensores de uma “terceira via” estavam tontos, como mostram os editoriais de grandes jornais. Para “O Globo”, é “um abalo político que terá repercussões até 2022”. O “Estadão” chamou a decisão de Fachin de “nefasta sentença” e avaliou que o retorno de Lula à cena “atira o país num turbilhão de incertezas”. Para a “Folha de S. Paulo”, houve uma “sequência de manobras” no que qualificou de “barafunda do STF”. Tudo isso, antes mesmo da fala de Lula e sua repercussão (leia na página 4).

Nada está garantido, porque a Procuradoria Geral da República recorreu para tentar reverter a decisão de Fachin, e o plenário do STF julgará a questão. Isso poderá ocorrer antes da retomada do julgamento da suspeição de Moro. É preciso manter a mobilização para que toda a farsa judicial contra Lula seja anulada.

Cláudio Soares

CONSEQUÊNCIAS DA LAVA JATO

Além da perseguição a Lula e ao PT, que gerou Bolsonaro, a Lava Jato arruinou setores da economia do país. Moro e Dallagnol, articulados com o DoJ (o Departamento de Justiça dos EUA), foram um fator crucial da onda de desemprego e desnacionalização dos últimos anos, que amputou a construção civil, os estaleiros e a cadeia do petróleo e gás. Segundo o Dieese, a operação destruiu diretamente cerca de 4,4 milhões de empregos nestes setores e custou 3,6% do PIB.

Bolsonaro tenta calar movimento sindical

Érika Suruagy é vítima de perseguição por parte do governo federal

Em 1 de março, a vice-presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Aduferpe), Erika Suruagy, foi intimada a depor na Polícia Federal por um processo aberto a pedido de Bolsonaro. Representante



Outdoor produzido por entidades sindicais em 2020 motivo da perseguição

legal da Aduferpe, Érika encaminhou decisão da sua entidade sindical, em conjunto com outros sindicatos, na produção, no ano passado, do outdoor:” O senhor da morte chefiando o país, no Brasil 120 mil mortes por Covid-19. Fora Bolsonaro”. Mentira?

Atualmente com cerca de 300 mil mortes por conta da pandemia da Covid-19, a crítica ao governo federal e ao presidente Bolsonaro se mostrou mais do que verdadeira.

Essa ação brutal contra a Aduferpe e Erika ataca não só a liberdade de expressão garantida na Constituição, mas também busca que o movimento dos trabalhadores, organizados em suas entidades, se intimidem e não façam uma verdadeira oposição ao atual governo genocida de Bolsonaro.

A diretoria da Aduferpe soltou uma nota denunciando o caso e afirmando que o presidente Bolsonaro “está claramente tentando intimidar sindicalistas, cientistas,



Érika Suruagy, vice-presidente da Aduferpe

professores, servidores públicos, artistas, intelectuais e cidadãos que discordam da política do governo. Não conseguirá! A unidade do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, com suas organizações sindicais e populares, vai barrar essas intimidações e ameaças de Bolsonaro. A democracia e o livre direito de opinião serão defendidos por todos e todas”. Diversas entidades sindicais, partidos políticos, universidades, entidades científicas e até organizações do exterior expressaram apoio e solidariedade. No fechamento dessa edição já são contabilizadas mais de 100 notas de apoio. Segundo Erika “nós tivemos uma rede de apoio e solidariedade muito grande em defesa da livre organização sindical e das liberdades democráticas e isso nos dá força para seguir em frente e não nos calar. Precisamos enfrentar essa situação de forma coletiva”.

O ataque sofrido pela Aduferpe não é o único

orquestrado por Bolsonaro. O sociólogo e militante do PC do B, Tiago Rodrigues, de Palmas (TO), também teve um inquérito aberto em janeiro pela Diretoria de Inteligência Policial (DIP) da direção-geral da Polícia Federal de Brasília, devido a confecção de outdoors afirmando que Bolsonaro vale menos que um “pequi roído”. Outro exemplo, foi do ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) Pedro Hallal, que teve que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) após fazer críticas a Bolsonaro em uma live.

Unidade das entidades sindicais

As entidades que decidiram junto com a Aduferpe pela campanha de outdoors no final de agosto de 2020 que é objeto do inquérito se reuniram de forma ampliada para analisarem a situação e decidiram relançar uma nova campanha para que outdoors semelhantes, com os números atualizados, sejam colocados em diversas cidades do país. As entidades estudantis (UNE, UBES e ANPG) lançaram uma campanha de arrecadação para replicarem o outdoor como forma de solidariedade e engrossando as fileiras na defesa da liberdade de organização sindical e dos direitos democráticos.

Moções de apoio à Aduferp e sua dirigente Érika podem ser enviadas para: secretaria@adufferpe.org.br

Joelson Souza

História

The background features a faint, stylized illustration of a man with a beard and a turban, wearing a long robe and holding an open book. The illustration is rendered in a light, sketchy style against a solid orange background.



Há 150 anos nascia a Comuna de Paris

A primeira experiência de Estado operário da história deixou a sua marca

De 18 de março a 28 de maio de 1871, a classe operária de Paris foi a dona do seu destino, construiu seu próprio Estado e legou aos trabalhadores do mundo realizações surpreendentes, ainda mais nas terríveis condições da capital francesa naquele momento. Uma experiência de apenas 72 dias, mas a primeira do gênero na história

Em 19 de julho de 1870, a França e a Prússia entraram em guerra. O pretexto foi a sucessão monárquica na Espanha. A França vivia sob o império de Napoleão III, regime bonapartista que havia entrado em várias aventuras

militares, inclusive no longínquo México. Já a Prússia (hoje parte da Alemanha, de cuja unificação foi o eixo), sob o governo Bismarck, vinha de guerras contra a Dinamarca e a Áustria. A guerra franco-prussiana teve curta duração. O exército francês foi derrotado em seis semanas. A batalha de Sedan, em 2 de setembro, selou a vitória prussiana com a rendição e prisão de Napoleão III.

Mas a paz ainda não havia sido declarada. As tropas prussianas ocupavam boa parte da França e sitiavam a sua capital, mas Paris continuava armada com sua guarda nacional, composta por gente do povo. Em 4 de setembro, a República é proclamada, iniciando-se um período em que a burguesia francesa vai demonstrar toda a sua covardia e traição.

Como assinala Marx em “A guerra civil na França” (mensagem da Associação Internacional dos Trabalhadores publicada dois dias após o esmagamento da Comuna), “Paris armada era a revolução armada. Uma vitória de Paris sobre o agressor prussiano teria sido uma vitória dos operários franceses sobre o capitalista francês e seus parasitas estatais”.

Assim, Paris foi submetida a todo tipo de manobras, ameaças, agressões, com o apoio de Bismarck e demais burguesias européias. Mas o povo da capital resistiu e não entregou as armas. Os burgueses de Paris fugiram em

massa. Foi nessas condições que, em 18 de março de 1871, o Comitê Central do governo de Paris anunciou:

“Os proletários de Paris, em meio a fracassos e às traições das classes dominantes, compreenderam que é chegada a hora de salvar a situação, tomando em suas próprias mãos a direção dos negócios públicos (...). Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito absoluto tornar-se donos de seus próprios destinos, formando o poder governamental”. Nascia a Comuna de Paris.

Medidas revolucionárias

As medidas adotadas pela Comuna estavam condicionadas pela situação concreta daqueles dias: uma cidade sitiada pelas tropas prussianas, isolada do resto da França pela própria burguesia francesa - chefiada pelo infame Thiers e cujos representantes reuniam-se em Versalhes, palácio dos reis escorraçados pela Revolução Francesa de 1789 - uma classe operária ainda em formação e, por fim, era uma experiência inédita para o proletariado internacional.

As primeiras medidas da Comuna prefiguraram o Estado operário: abolição do exército, substituído pelo povo em armas (homens e mulheres, entre 15 e 60 anos); todos os funcionários eram eleitos e demissíveis a qualquer momento e nenhum deles podia receber mais

do que o salário de um operário. A burocracia tornava-se assim servidora do povo, e não um corpo parasitário. A Comuna demonstrava na prática que não bastava a classe operária tomar o poder de Estado existente, mas que devia construir seu próprio, sobre os escombros do Estado burguês.

A Comuna lançou proclamações aos operários de toda a Europa e teve dentre os seus ministros eleitos um operário alemão, afirmando seu caráter internacionalista. Ela liquidou o comando da polícia, os tribunais, o legislativo municipal, os corretores de imóveis, e decretou a gratuidade de todos os serviços públicos essenciais, que passaram a ficar sob controle das juntas populares de bairro. Proclamou a anistia geral e o fim da pena de morte. Durante os dias de existência da Comuna, Paris ficou livre dos furtos, assaltos e assassinatos.

As propriedades abandonadas pelos burgueses foram expropriadas e colocadas a serviço da comunidade. Foi decretada a diminuição da jornada de trabalho. A Comuna era um exemplo para toda a França, e houve diversas tentativas de criação de comunas em várias regiões do país. Mas o velho mundo, suas maquinacões e repressão sangrenta não permitiram o seu desenvolvimento.

As mulheres no centro da luta

Em “A guerra civil na França”, Marx escancara o comportamento depravado de homens e mulheres da burguesia francesa, com madames aplaudindo os massacres contra os comunardos (assim chamados os defensores da Comuna): “Em seu lugar, as verdadeiras mulheres de Paris voltaram a emergir: heroicas, nobres e devotadas como as mulheres da antiguidade. Trabalhando, pensando, lutando, sangrando”.

Quem eram essas mulheres? Operárias, artesãs, pequenas comerciantes, elas se entregaram com entusiasmo à tarefa de construir uma nova sociedade. Enfrentaram com coragem a prisão, a deportação e mesmo a morte, não sem antes deixar gravada sua presença nas medidas da Comuna: fim da submissão das crianças e mulheres à autoridade do pai: “O casal constituiu-se livremente com o único fim de buscar o prazer comum” (artigo 12 da Constituição da Comuna). A Comuna proclamou o direito à educação sexual desde a infância, o direito ao aborto e à contracepção. Em artigo publicado no 20º aniversário da Comuna, em 1891, Engels escreveu: “Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado!”

O massacre da Comuna

A Comuna sempre viveu sob ameaça dos poderosos. Mas a burguesia francesa não

tinha ainda os meios para uma confrontação aberta. A ocasião surgiu com o tratado de Frankfurt de 10 de maio de 1871, que acabou oficialmente com a guerra. Nesse tratado, o agora estado alemão unificado (como resultado da vitória na guerra franco-prussiana), obtinha concessões territoriais e uma grande indenização. Em contrapartida, Bismarck vai liberar dezenas de milhares de soldados franceses prisioneiros de guerra, para que fossem utilizados pelo governo burguês de Versalhes para esmagar a Comuna de Paris. Dessa forma, as burguesias francesa e alemã, que há pouco estavam em guerra, se uniram contra o proletariado parisiense.

O que se seguiu, diante da resistência heroica de comunardos e comunardas, foi um massacre pavoroso. Pelo menos 20 mil homens, mulheres e crianças foram assassinados pelas tropas de Versalhes na “semana sangrenta” (21 a 28 de maio) que colocou fim à Comuna. Passados 150 anos, as palavras de Marx ao final de “A guerra civil na França” guardam toda a sua força:

“A Paris dos Trabalhadores, com sua Comuna, será eternamente celebrada como a precursora de uma nova sociedade. Seus mártires estão gravados no grande coração da classe trabalhadora. Quanto a seus exterminadores, a história já os acorrentou àquele eterno

pelourinho, do qual todas as preces de seus clérigos de nada servirão para os redimir”.

Roberto Salomão





Internacional



Manifestações pela saída do presidente não cessam

Explosão social espontânea no Paraguai

Desde 5 de março a mobilização popular contra o governo continua

Em 17 de março, após duas semanas de protestos exigindo o fim do governo de Mário Abdo Benítez, a Câmara dos Deputados, cuja maioria é do Partido Colorado, arquivou o pedido de julgamento político (impeachment, mas mais rápido) feito pela oposição (liberais e Frente Guasú do ex-presidente Lugo), salvando assim Marito, como é conhecido o presidente, e seu vice Hugo Velázquez.

Do lado de fora do Congresso, manifestantes, a maioria jovens, gritavam “Fora Marito” e foram reprimidos, a sede do Partido Colorado foi incendiada. Em 18 de março, o principal

jornal do país, o ABC Color, dava em sua capa: “Cartes salva Marito e seu governo corrupto”. Horácio Cartes foi presidente entre 2013-18, é o homem mais rico do país e controla a maioria dos deputados colorados, partido que governa o Paraguai desde 1954 com o general Stroessner, com exceção do período 2008-12 de Fernando Lugo, que foi derrubado pelo Congresso. Ao não escutar o clamor popular pelo fim do atual governo, o parlamento joga mais lenha na fogueira.

No Paraguai (7 milhões de habitantes), 70% dos trabalhadores ganham menos de um salário mínimo (cerca de 1.700 reais) e 46% sobrevivem de trabalho informal, sem qualquer proteção social ou médica. Antes da Covid-19, que já causou cerca de quatro mil mortes, o país passou por uma epidemia de dengue e já sofria com falta de hospitais e medicamentos, com a corrupção, inclusive na venda de remédios, comendo solta. Com o rebote da pandemia e a falta de vacinas, o caldeirão explodiu.

“Explosão popular similar à do Chile”

Foi o que nos disse Bernardo Rojas, presidente da Central Unitária dos Trabalhadores-Autêntica (CUT-A) em entrevista de 13 de março publicada no PortalCUT: “É um movimento espontâneo, sem direção política reconhecida, uma explosão popular similar

à ocorrida no Chile em 2019. Os políticos e parlamentares, inclusive da oposição, como os da Frente Guasú, são rechaçados nas manifestações e o que mais se ouve nelas é “que se vayan todos” (fora todos). A cidadania levantou-se contra o governo por não suportar mais a situação de corrupção, desprezo e ataques às condições de vida da maioria esmagadora do povo, o que ficou ainda mais patente com as medidas adotadas diante da pandemia”.

Na mesma ocasião Bernardo disse: “A ministra do Trabalho nos convidou para uma cerimônia com o presidente logo após a explosão popular (...) nós não participamos, porque queremos ficar ao lado do nosso povo, cuja mobilização é a única possibilidade de mudanças profundas em nosso país em benefício da ampla maioria”.

A CUT-A decidiu, numa reunião com entidades estudantis e movimentos camponeses, somar-se às manifestações. Em Caaguazu, Itapua e Misiones ocorreram manifestações puxadas pelo Movimento Agrário Popular (MAP), que é ligado à CUT-A, e se discute uma marcha até Assunção, para exigir a saída de Marito e seu entorno do governo nacional. Toda força à luta do povo paraguaio para “que se vayan todos”!

Julio Turra



Apesar da forte repressão, o povo não sai das ruas, na luta contra o golpe

Mianmar (Birmânia)

Continuam as manifestações contra a Junta Militar

As manifestações contra a Junta Militar continuam na Birmânia, apesar da repressão policial e militar. Em consequência, Khin Maung Latt, chefe da Liga Nacional para a Democracia em Rangoon, morreu um dia após sua prisão em sua casa pela polícia em Pabedan. Mais de 1.700 pessoas foram presas pela Junta no sábado, de acordo com dados da Associação para a Assistência a Presos Políticos, um grupo de direitos humanos.

Além disso, os meios de comunicação estatais ameaçaram os parlamentares do Comitê Representante Pyidaungsu Hluttaw (CRPH), ou seja, a representação do governo de Mianmar antes do golpe, dizendo que eles estavam cometendo uma “alta traição” e poderiam ser condenados à morte ou a 22 anos de prisão.

O exército declarou os membros do grupo *persona non grata* e ameaçou aqueles que se comunicassem com eles com sete anos de prisão (fonte: Al Jazeera, 7 de março).

Na sexta-feira, 5 de março, o Movimento de Desobediência Civil (MDC) anunciou que pelo menos 34 das 45 comunas de Rangoon formaram “órgãos de governo do povo”. Quando contatado, o MDC disse-nos: “Sim, partilhamos notícias e declarações relacionadas com a formação de ‘órgãos de governo do povo’ ao nível das comunas. Nosso objetivo é compartilhar esta informação e divulgá-la tanto quanto possível, a fim de conscientizar a comunidade internacional sobre o que está acontecendo em Mianmar em relação ao CRPH”

É nesta situação que foi publicado o apelo (ver box).

Albert Tarp
Publicado no jornal francês
Informations Ouvrières

APELO UNITÁRIO À GREVE ATÉ O RETORNO DA DEMOCRACIA

(7 de março de 2021, publicado no site da Confederação dos Sindicatos de Myanmar, CTUM e assinado por 18 sindicatos nacionais)

Nós queremos prestar homenagem e agradecer aos trabalhadores de diferentes setores, aos agricultores e aos funcionários que participaram do movimento de desobediência civil, também aos estudantes, aos jovens e às organizações da sociedade civil que apoiaram o movimento. Saudamos a liderança do Comitê Representante Pyidaungsu (CRPH).

As organizações sindicais de Mianmar estão unidas em apoio a uma campanha em nível nacional contra o golpe de Estado militar e pelo futuro da democracia em Mianmar (...).

Continuar normalmente as atividades econômicas e comerciais e adiar uma paralisação geral do trabalho apenas ajudará os militares, que reprimem a energia do povo birmanês. É chegado o momento de agir para defender a nossa democracia. Os trabalhadores de Mianmar estão prontos para agir para proteger a democracia e salvar nossas gerações futuras da ditadura. Acreditamos que todos os birmaneses estão prontos para responder a um chamado à ação.

A paralisação do trabalho é uma manifestação pacífica de desobediência civil contra a junta militar ilegal. Ninguém pode forçar um cidadão de Mianmar a trabalhar. Não somos escravos da junta militar hoje e não seremos jamais. O movimento de desobediência civil entre os funcionários abriu uma via para o nosso movimento democrático, mas é evidente que precisamos agora intensificar a pressão sobre a Junta.

Fazemos um apelo à extensão do movimento de desobediência civil a todos os birmaneses a partir do dia 8 de março de 2021; à paralisação completa e prolongada da economia de Mianmar. Chamamos todos os trabalhadores de Mianmar a juntarem-se a nós nos próximos dias (...).

Não queremos apenas criar mártires na luta pela democracia em Mianmar. Devemos ganhar a luta e a paralisação prolongada do trabalho em escala nacional em direção à vitória do povo. Exortamos nossos dirigentes a chamar uma paralisação prolongada do trabalho em todo o país, pedimos a todos os trabalhadores que participem e nós vamos nos empenhar para que nossas organizações se integrem plenamente.

Esta paralisação do trabalho estendida à escala nacional prevalecerá até o retorno da democracia.”

Manifestações de palestinos ganham força

Manifestantes gritam palavras de ordem contra o Estado sionista e sua política

Mais de cento e cinquenta mil palestinos do interior (dentro das fronteiras do Estado israelense), cem mil de acordo com a própria mídia israelense, fizeram manifestações na sexta-feira, 5 de

março, em Umm al-Fahm, cidade árabe situada ao norte da fronteira com a Cisjordânia. Publicamos aqui o relato da conversa telefônica com um de nossos correspondentes na Palestina.

“Eles vieram de toda a Galileia, de Negev, dos setores árabes, para expressar sua raiva contra a polícia israelense, que permite e encoraja as ações criminosas das máfias israelenses nos territórios majoritariamente habitados por palestinos, no interior do Estado de Israel. Milhares de bandeiras palestinas foram exibidas, as palavras de ordem eram em grande medida contra o Estado sionista e sua polícia. Desde o início da pandemia do coronavírus, a situação se agravou para os palestinos do interior. Cerca de 60 agências bancárias fecharam nas cidades e vilarejos por causa do confinamento. As pessoas daqui tiveram que recorrer ao mercado negro comandado por gangues israelenses para obter dinheiro, mas, com a explosão do desemprego, não têm meios de pagar de volta. É por isso que esses grupos do crime organizado continuam a ameaçar os palestinos e, desde o início do ano, mais de vinte jovens palestinos foram mortos. Esses fatos são do conhecimento da mídia israelense, que explica que a polícia tem medo de agir contra

esses grupos. Na realidade, eles são informados de que podem fazer o que quiserem em áreas habitadas por árabes, mas devem deixar os judeus em paz em Tel Aviv ou Netanya.

Violência policial

A polícia sabe os nomes dos assassinos, mas não faz nada. Quando a polícia mata manifestantes palestinos, sempre diz que foi um erro. No entanto, a repressão é muito violenta contra os manifestantes palestinos, até as mulheres são brutalizadas com grande violência. Após a manifestação, a polícia prendeu dezenas de jovens em suas casas, mas teve que libertá-los imediatamente. Isso confirma que eles não querem mobilizar suas forças para deter os criminosos, mas que estão lá principalmente contra nós.

Essas manifestações são dirigidas contra as autoridades israelenses, responsáveis por este apartheid. Para os palestinos do interior, tudo isso é discriminação racial e, nas reivindicações, exigimos o fim da discriminação, exigimos direitos iguais para todos, e isso está ligado à nossa atividade que visa desenvolver a reivindicação do Estado democrático em toda a Palestina. Vimos uma participação significativa de judeus na manifestação da sexta-feira, com as mesmas reivindicações por direitos iguais. Nessas últimas manifestações, principalmente nesta sexta-feira, a



Manifestação em Umm al Fahm, em 5 de março. No detalhe da foto, a militante Ahlam Odeh

presença de mulheres e jovens foi muito massiva. Elas estavam lá fazendo a ligação entre todos os ataques à vida palestina, elas estavam lá porque seus filhos, seus irmãos foram mortos, para ganhar sua liberdade e acabar com o racismo israelense.

O levante da juventude

Do lado da Autoridade Palestina, é a corrida dos corruptos pelo controle de algumas cadeiras, por alguns segmentos da autoridade e pelos milhões dos Estados árabes que normalizaram suas relações com Israel. Eles deixaram de se envolver na resistência há muito tempo. Sua única agenda é administrar um governo fantoche. Do lado de Israel, há manifestações contra Netanyahu, mas isso porque, para os manifestantes, ele promove uma imagem ruim do sionismo ... Para desviar as atenções, Netanyahu se insurge contra o Irã, ou agora contra o Tribunal Penal Internacional, que diz que houve crimes de guerra em Gaza em 2014. Netanyahu chama os juízes de antissemitas. Ele só tem isso a dizer quando se trata de responder às críticas.

O elemento principal hoje é a revolta do povo palestino dentro das fronteiras de 1948. O elemento principal é a tomada do movimento pelos movimentos da juventude, que se organizam e se estruturam à parte dos partidos e lideranças tradicionais, em quem não

confiam mais. A polícia assedia e intimida, mas a determinação dos jovens nunca foi tão grande. Todos pensam que os palestinos em Israel estão à beira de uma grande Intifada.”

A luta das mulheres palestinas

Ahlam Odeh, residente em Haifa, é militante de um movimento de mulheres palestinas e fala sobre a situação e a luta das mulheres.

“As mulheres palestinas que vivem dentro das fronteiras de 1948 e as da Cisjordânia e de Gaza sofrem a mesma dor. Todas fazem parte do povo palestino e seu destino é o mesmo. Todas nós vivemos sob a ocupação, portanto, como mulheres, lutamos contra a ocupação sionista da Palestina e o colonialismo. Centenas de mulheres palestinas foram presas por resistir à ocupação. Além disso, centenas foram martirizadas, sacrificaram suas vidas e pagaram o preço da resistência.

Atualmente, durante a propagação do coronavírus, a situação é muito difícil para as mulheres. Não há trabalho, e a taxa de desemprego das mulheres palestinas nos territórios de 1967 é de mais de 61%.

As mulheres palestinas desempenham um papel importante na resistência contra a ocupação. Organizam manifestações e assembleias permanentes e semanais nos postos de controle militar, contra o muro de separação,

contra o confisco de terras e contra os assentamentos. Elas se reúnem também nas barracas montadas para organizar solidariedade com prisioneiros e detidos em prisões israelenses. Há uma forte presença de mulheres nas grandes manifestações que acontecem nas cidades e vilas árabes da fronteira de 1948, e elas continuam no momento contra a polícia israelense, que fecha os olhos às gangues criminosas que matam jovens palestinos.

Nosso movimento defende os direitos das mulheres em geral, nos níveis nacional, político, econômico e social, e busca desenvolver a consciência nacional e sensibilizar as mulheres.

Nosso lema é: ‘Não há liberdade para a Palestina sem a libertação das mulheres!’

A grande maioria das mulheres em nossa organização são hostis ao movimento sionista e consideram que Israel é uma verdadeira entidade colonial. Assim, nós acreditamos que a única solução para o conflito, no interesse de judeus e árabes, é um Estado Palestino único, democrático e laico, no qual judeus e árabes vivam em pé de igualdade e sem racismo”.

**Extraído do jornal francês
Informations Ouvrières**

O TRABALHO 42 ANOS

A serviço da luta independente
da classe trabalhadora



**ASSINE O JORNAL
O TRABALHO**

R\$ 10/mês

O TRABALHO 